



### Relatório sobre a UNCTAD XI

- ♣ O papel da Sociedade Civil na UNCTAD XI - Graciela Rodriguez e Grazielle Costa, Instituto Equit/LAGTN
- ♣ Resumo dos Principais Desdobramentos da UNCTAD XI - Farah Nageer, Secretária da IGTN

### Últimas notícias da OMC

- ♣ Status das Negociações sobre a Agricultura - Maria Riley, Secretária da IGTN

### A IGTN em Ação

- ♣ **Resenha literária:** "Gender Mainstreaming in the Multilateral Trading System: A Handbook for Policymakers and Other Stakeholders" ("Transversalização do Gênero no Sistema Multilateral de Comércio: Guia para Elaboração de Políticas e Outras Áreas de Interesse") de Dra. Mariama Williams. Resenha de Alexandra Spieldoch, Secretária da IGTN
- ♣ Oficina de Formação em Pesquisa sobre Gênero e Comércio da Ásia Central - Maria Durano, IGTN-Ásia e Gulnora Makhmudova, IGTN-Ásia Central

### NOTÍCIAS DO GÊNERO E COMÉRCIO

- ♣ Novos Recursos
- ♣ Atualizações do Site

---

#### Notícias da UNCTAD XI: Papel da Sociedade Civil

Graciela Rodriguez e Grazielle Costa, Instituto Equit /LAGTN

No período de 11 a 17/06 de 2004, aconteceu o Fórum da Sociedade Civil, reunido por ocasião da XI reunião da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). A sociedade civil neste contexto não constituiu um bloco monolítico, mas um conjunto múltiplo de posições e diversidades. Entretanto, uma visão comum desde a sociedade civil, expressa nos documentos entregues às autoridades, foi construída a partir do diálogo, da flexibilidade e da solidariedade para com as concepções diferentes da relação entre comércio e desenvolvimento. Participaram do evento organizações do Norte e do Sul, comprometidas com questões da agricultura,

ambientais, trabalhistas, de gênero, entre outras. O documento discutido e aprovado como voz da sociedade civil para a UNCTAD XI representou uma expressão coletiva em favor de uma perspectiva crítica da globalização que favorece o mercado e às corporações transnacionais, aumentando as desigualdades internacionais.

O Fórum da Sociedade Civil expressou especial preocupação com o fato de que a UNCTAD enfrenta um processo de enfraquecimento como instituição internacional. Em contrapartida, alguns Estados privilegiam à OMC, cujo modelo institucional permite que os interesses poderosos prevaleçam, gerando impactos negativos para as economias dos países em desenvolvimento. Dessa forma, a sociedade civil declarou na UNCTAD, "não queremos uma UNCTAD esvaziada sendo instrumentalizada para operacionalizar os acordos da OMC, mas sim uma instituição

preparada para enfrentar os desafios do desenvolvimento dos países pobres, incluindo o compromisso dos países do Sul” (Declaração do Fórum da Sociedade Civil na UNCTAD XI).

Os representantes da sociedade civil na UNCTAD XI afirmaram que não há oposição entre expressões da sociedade civil que estão dentro e aquelas que estão fora do fórum sobre comércio e desenvolvimento. O grupo que participava da UNCTAD apoiou e convocou os participantes da Conferência para a “Marcha contra a globalização e contra a ALCA”. Dessa forma, defendeu a cooperação entre os diferentes grupos, através de diversos meios, na pressão aos governos para superação das desigualdades internacionais e do combate à pobreza.

O Fórum da Sociedade Civil iniciou os trabalhos com a discussão de alternativas ao livre comércio e a reorganização do sistema de governança internacional, no dia 11/06. Os participantes declararam a necessidade de superação do modelo neoliberal, bem como da redefinição do comércio e do desenvolvimento em outras bases. Neste dia, o fórum recebeu a visita do Secretário da UNCTAD Rubens Ricupero que afirmou a necessidade de questionamento dos princípios da competição e da eficiência no comércio internacional, mostrando-se favorável à incorporação de princípios éticos às negociações comerciais. Disse, ainda, em resposta à provocação de que a UNCTAD é uma instituição irrelevante para os Estados poderosos, que se orgulha de estar à frente de uma instituição que serve aos interesses dos Estados mais pobres. Ou seja, que o papel da UNCTAD é precisamente o de mostrar a voz dos países em desenvolvimento como uma alternativa para repensar as relações comerciais internacionais.

No dia 12/06, os trabalhos continuaram com a discussão e aprovação do documento da sociedade civil a ser apresentado às autoridades presentes à UNCTAD. No dia 13/06, foi entregue ao Secretário Geral das

Nações Unidas, Koffi Annan a declaração do Fórum da Sociedade Civil para a UNCTAD XI. O Secretário, por sua vez, afirmou a importância da sociedade civil na democratização da ONU. Neste dia também, o fórum discutiu os impactos do comércio internacional para os direitos trabalhistas e sociais, especialmente aqueles legitimados pela OIT.

No dia 14/06, evento organizado por diversas redes de mulheres, debateu-se o comércio e suas relações com o desenvolvimento numa perspectiva de gênero, raça, etnia, orientação sexual, povos tradicionais e gerações no Fórum da sociedade civil. Os debates afirmaram que as mulheres encontram-se, em geral, numa condição de maior vulnerabilidade aos impactos dos acordos comerciais internacionais. Tal fato se deve às desiguais relações de poder, que reproduzem papéis sociais e oportunidades desiguais para homens e mulheres. Dessa forma, os participantes do Fórum solicitaram à UNCTAD que se comprometa: com a implementação de programas de combate às desigualdades de gênero e de empoderamento das mulheres nos acordos comerciais; com o desenvolvimento de indicadores de gênero e comércio; com a soberania e a segurança alimentar; com a provisão e o acesso universal aos serviços essenciais; com o monitoramento da coerência dos acordos comerciais internacionais com os compromissos ambientais, de direitos humanos, contra o racismo, trabalhistas, sobre orientação sexual e direitos reprodutivos e com a soberania nacional na definição de políticas econômicas e sociais. ( Ver a declaração do evento na página da IGTN:

<http://www.igtn.org/Updates/updates.html> )

No dia 15/06, foram apresentados no Fórum os desafios da liberalização da agricultura para a construção de um modelo agrícola durável, baseado na soberania alimentar. Neste dia, o presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva, teve uma longa presença no Fórum e falou à sociedade civil. Em

especial, afirmou que não serão assinados acordos comerciais que comprometam a soberania nacional sobre as políticas econômicas. Da mesma forma, disse que o combate à fome deve ser objetivo prioritário nos acordos comerciais internacionais e enfatizou a necessidade de estimular um comércio baseado na solidariedade entre as nações, em especial falando da América do Sul.

No dia 16/06, discutiram-se estratégias para uma prática comercial internacional mais equitativa, através do comprometimento com o desenvolvimento sustentável. No dia 17/06, os trabalhos no Fórum da Sociedade Civil se encerraram, sendo discutidos modelos alternativos de desenvolvimento, governança global e estratégias para a globalização.

Ao final destes debates e dos embates de interesses que ficaram evidentes durante o transcorrer da Conferência, a sociedade civil se pronunciou em defesa de um modelo de comércio internacional submetido aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e aos Acordos e Convenções emanadas do Ciclo de Conferências da ONU. Ao mesmo tempo, foi enfatizada a necessidade de garantia da soberania dos Estados nacionais na definição de suas políticas econômicas; da resistência ao militarismo e à ocupação de territórios com finalidades econômicas e políticas; da proteção e de garantias às populações para acionar os investidores e transnacionais que violam os direitos dos cidadãos; do compromisso dos governos com a superação das desigualdades de gênero; dos direitos sociais, dos recursos naturais e da biodiversidade para a promoção do desenvolvimento sustentável e equitativo.

Assim, em uma semana de debates e incidência política, a sociedade civil internacional deu mais um passo para a construção de uma democracia participativa, baseada na cooperação econômica e na

distribuição equitativa da riqueza entre povos e nações.

*Para obter maiores informações sobre os resultados da UNCTAD XI, entrar em contato com Graciela Rodriguez através do endereço: [graciela@sere.org.br](mailto:graciela@sere.org.br).*

## **Relatório sobre a UNCTAD XI: Resumo dos Resultados**

Farah Nageer, Secretaria da IGTN

### **Resultados Positivos**

A décima primeira sessão da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD XI) terminou no dia 18 de junho com alguns resultados e propostas positivas para os países em desenvolvimento. Os países membros das Nações Unidas adotaram a “Declaração do Espírito de São Paulo” e o “Consenso de São Paulo” que contêm análises da globalização, do comércio e do desenvolvimento e propõem responder com políticas aos desafios levantados por essas tendências. Os documentos também articulam o papel da UNCTAD no contexto global atual.

A declaração final da UNCTAD XI contou com um acréscimo significativo: uma seção sobre a necessidade dos países em desenvolvimento terem “espaço para políticas”, que tem sido carcomido pelos acordos comerciais e condições para empréstimos. Isso foi visto como “uma afirmação da importância que tem para os países em desenvolvimento determinar suas prioridades de desenvolvimento e políticas nacionais”, sendo esta a primeira vez que uma conferência multilateral envolvendo países do norte e do sul reconheceu a idéia. Não há dúvida de que isso será útil quando os negociadores dos países em desenvolvimento forem apresentar seus argumentos na OMC, no FMI e em negociações de comércio regional e bilateral. (Kohr, M. Relatório da TWN: “UNCTAD XI termina de bom humor”, São Paulo, 19 de junho de 2004 e WIDE News 6/2004)

A independência da UNCTAD enquanto instituição e foi formada uma força-tarefa internacional para os gêneros de primeira necessidade.

### **Chamada para o Comércio Sul-Sul**

Houve muita discussão e os ânimos se acirraram entre os países em desenvolvimento acerca de uma “nova geografia do comércio”, que destacava a necessidade de comércio e cooperação entre os países do sul para fazer frente aos desafios cada vez maiores da globalização aos países em desenvolvimento no sistema comercial multilateral. O presidente Luís Inácio Lula da Silva fez a chamada durante a cerimônia inaugural da UNCTAD XI e contou com o apoio do primeiro-ministro tailandês Thaksin Shinawatra. O primeiro-ministro sustenta que se deva depender da economia doméstica e da parceria com os países em desenvolvimento. A Tailândia buscou o apoio da UNCTAD para elaborar suas parcerias comerciais com países em desenvolvimento e a UNCTAD XI reforçou este papel para a organização.

Foi feita uma tentativa concreta de promover o comércio sul-sul pelos ministros do GSTP (Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento, contando com 44 membros), que convidaram todos os membros do G77 e a China para participar do lançamento de uma nova rodada de negociações marcada para começar em novembro de 2004 e ser concluída em dois anos. O GSTP propicia preferências comerciais aos países em desenvolvimento sem estendê-las aos países desenvolvidos.

### **Gênero e Comércio**

As questões de comércio e gênero juntamente com comércio e pobreza e ainda comércio e indústrias criativas foram temas que se entrecruzaram na UNCTAD XI. Uma mesa-redonda que discutia gênero e comércio abordou tópicos tais como: políticas governamentais para reduzir o hiato de gênero e promover a igualdade de gênero no contexto da liberalização do comércio; compromissos do comércio

multilateral e o objetivo desenvolvimentista da igualdade de gênero; a contribuição do comércio internacional para aliviar a pobreza e propiciar a igualdade de gênero; e a capacitação para o desenvolvimento comercial e empresarial. A mesa-redonda também serviu para lançar uma publicação da Força-tarefa entre Agências da ONU para o Gênero e o Comércio chamada “Gênero e Comércio: Oportunidades e Desafios para os Países em Desenvolvimento”.

As representantes Marina Durano, da IGTN-Ásia, e Janice Goodson-Foerde, da IGTN-Europa, participaram das discussões e a IGTN fará um acompanhamento, emitindo relatórios sobre os desdobramentos desse tema nos próximos meses.

*Este artigo foi elaborado a partir de dois relatórios de Martin Kohr, da TWN (Rede do Terceiro Mundo): “UNCTAD XI abre com chamadas para uma Nova Geografia do Comércio para as trocas entre os países do sul”, de 14 de junho, e “UNCTAD XI termina de bom humor”, de 19 de junho de 2004, e um artigo de Bárbara Specht sobre a UNCTAD XI que pode ser encontrado no número de junho de 2004 da WIDE News:*

<http://www.wide-network.org>.

*Para ver as últimas notícias da IGTN sobre a UNCTAD XI e ler a Declaração das Participantes do Fórum da Sociedade Civil da UNCTAD XI e a Declaração da UE sobre o Gênero e o Comércio, visite:*

<http://www.igtn.org/Updates/updates.html>.

### **Leitura Complementar**

— **“Trade and Gender: Opportunities and Challenges for Developing Countries”** – Força-tarefa da ONU sobre Gênero e Comércio, junho de 2004

*Este documento pode ser encontrado em:*

[http://www.unctad.org/en/docs/edm20042\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/edm20042_en.pdf).

**Últimas Notícias da OMC: Status das Negociações sobre Agricultura**

Maria Riley, Secretaria da IGTN

Apesar do que pareceu ser um avanço no sentido de uma reunião finalista da sessão especial de negociação do Comitê para Agricultura de 23 a 25 de junho de 2004, a própria reunião pouco progrediu na elaboração da seção de agricultura do Documento Base para as Negociações. A OMC impôs-se a si mesma o prazo de fins de julho para concluir o documento que orientará as futuras negociações na Agenda de Desenvolvimento de Doha (DDA). A agricultura continua sendo fundamental para abrir o processo para as demais negociações, mas a reunião de junho revelou diferenças profundas e ininterruptas entre os principais envolvidos acerca de questões como o apoio doméstico, os subsídios para a exportação e o acesso a mercados, sendo esta última a mais difícil do momento.

Ao abrir a reunião, o presidente Tim Groser (Nova Zelândia) deu boas-vindas às várias iniciativas no nível político ministerial, mas disse que “faltava intensidade” ao processo de Genebra. Ele disse que ficaria perdido na redação de um documento base devido à falta de avanços e afirmou claramente que não iria produzir um texto ao “estilo Harbinson” inventando acordos que carecem de qualquer base de acordos entre os membros (Harbinson foi seu antecessor na presidência da reunião que produziu uma minuta de texto em preparação para a Reunião Ministerial de Cancun).

A reunião de junho fora precedida por diversas iniciativas de dar partida imediata ao processo. Os Chefes de Estado do G8 (Canadá, Itália, Alemanha, França, Inglaterra, Rússia, Japão e EUA) emitiram uma declaração em sua reunião de junho na qual “prometiam agir com rapidez antes do fim de julho para concluir os documentos base para as questões fundamentais.” O G20<sup>1</sup> produziu dois documentos

importantes: um que propunha princípios para determinar uma fórmula de redução tarifária para acesso a mercados e outro que deitava os princípios para o documento base sobre as modalidades de agricultura (termos e metas de negociação).

Numa mini-reunião ministerial que ocorreu antes da abertura da UNCTAD XI em São Paulo entre as “cinco partes interessadas” (FIPs)<sup>2</sup>, parece que houve algum avanço onde os EUA e a UE mostraram disponibilidade para discutir o documento do G20 sobre os princípios para acesso a mercados e o tratamento especial e diferencial. O Brasil e a Índia expressaram “otimismo cuidadoso” no encerramento da reunião. Entretanto, quando as FIPs se reuniram em Genebra na véspera da reunião marcada para o comitê de negociação sobre agricultura, os EUA surgiram com um “anti-documento” que parecia ignorar os acordos feitos em São Paulo e propuseram duas fórmulas de concessões que integravam várias abordagens para redução tarifária. O anti-documento, que visava dar início imediato à discussão, incitou fortes reações da UE, do Brasil e da Índia. Para o G20, o Brasil respondeu que as fórmulas propostas eram desequilibradas. Tornaram a surgir também discordâncias entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento quanto a reduções substanciais dos subsídios da caixa azul e entre a UE e os EUA sobre reduções de todos os programas de apoio governamental às exportações, as chamadas reduções paralelas na concorrência para exportação que estão sendo exigidas pela UE.

Mas, enquanto ocorriam essas discussões e disputas dentro da reunião das FIPs, surgiu entre os membros a questão maior da transparência e inclusão no processo de negociação. Essas reclamações foram

---

Philippines, South Africa, Tanzania, Thailand, Venezuela, and Zimbabwe.

<sup>2</sup> The FIPs include Brazil and India representing the G-20, Australia, representing the Cairns Group (food exporting countries), the EU and the U.S.

---

<sup>1</sup> Argentina, Brazil, Chile, China, Cuba, Egypt, India, Indonesia, Mexico, Nigeria, Pakistan, Paraguay,

veiculadas por uma série de países, como o Omã falando pelos países recém-acedidos (a saber, Albânia, Croácia, Geórgia, Jordânia e Moldávia), como a Suíça falando pelo G10 (a saber, Bulgária, Taipei Chinesa, Coréia, Islândia, Israel, Japão, Liechtenstein, Maurício e Noruega) e como o Equador, o Chile e El Salvador. Outros grupamentos de países levantaram as questões que acharam não estar sendo abordadas, dentre os quais a Nigéria falando pelo Grupo Africano, a Tanzânia pelos LDCs, a Indonésia pelo G33 e vários países individualmente, dentre os quais Bangladesh, Quênia, Honduras, República Dominicana, Equador, Cuba, El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Costa Rica, Bolívia, Colômbia e Turquia. O presidente Groser defendeu o processo explicando que as discussões em andamento eram bastante delicadas e não se prestavam ainda a uma participação mais ampla. Ele identificou a transparência como “cumulativa”.

Encerrada a reunião, o presidente Groser fez uma declaração sobre o progresso do comitê para a agricultura no sentido de uma Sessão Especial do Comitê de Negociação para o Comércio. Ele identificou áreas de convergência, potenciais rompimentos de acordos e temas não resolvidos. Dentre os pontos de convergência há um corte geral nos tipos de apoios que distorcem o comércio, incluindo as caixas âmbar, azul e verde, sendo a azul a fundamental, bem como o apoio ao tratamento especial e diferencial. Entretanto, os detalhes ainda precisam ser resolvidos. Na área da concorrência para exportação, ele acredita que o tema da ajuda alimentar seja relativamente fácil de resolver mas a expansão do conceito dos subsídios tradicionais à exportação para um termo mais amplo de concorrência para exportação seja um elemento com potencial para romper acordos. As questões especiais e diferenciais precisam estar contidas no documento base, mas precisam ser resolvidas nas negociações futuras.

O acesso a mercados continua como o tema

menos desenvolvido, onde há interessados em elaborar uma “abordagem por camadas” para que se chegue a uma fórmula tarifária, mas tentar lidar com Produtos Especiais na declaração base é um ponto de potencial rompimento de acordo. Mas Groser acredita que está surgindo uma convergência com os Produtos Especiais e o Mecanismo de Salvaguarda Especial para o período que se seguirá à conclusão do documento base.

Groser pretende ter uma minuta do documento base até meados de julho, mas quer se assegurar de que a estrutura a ser proposta para delinear com firmeza as negociações ainda esteja aberta a negociação.

*Antes das reuniões sobre agricultura de 23 a 25 de junho, um grupo de ONGs sediadas em Genebra, inclusive a IGTN, enviou uma carta para os membros da OMC veiculando sua preocupação acerca das negociações. Para ver a carta, visite:*

<http://www.igt.org/Updates/updates.html>.

## **A IGTN em Ação**

- **Resenha do livro de Mariama Williams, “Gender Mainstreaming in the Multilateral Trading System: A Handbook for Policy-Makers and other Stakeholders”**
- (“Transversalização do Gênero no Sistema Multilateral de Comércio: Guia para Elaboração de Políticas e Outras Áreas de Interesse”)

Alexandra Spieldoch, Secretária da IGTN

O livro “Gender Mainstreaming in the Multilateral Trading System”, de Mariama Williams, publicado em setembro de 2003 pela Commonwealth Secretariat, é uma importante contribuição ao debate em torno da transversalização do gênero nas políticas de comércio e um recurso indispensável para quem quer que se interesse pelo assunto. A autora faz um apanhado bastante abrangente do sistema multilateral de comércio para os leigos e desconstrói os acordos comerciais fundamentais na OMC e

seus principais componentes a partir de uma perspectiva de gênero para a consideração de políticos, pesquisadores e analistas. Embora partes dessa análise tenham sido feitas no passado, elas jamais foram reunidas e estudadas de forma tão abrangente.

À luz do muito que se tem falado sobre a transversalização do gênero (*gender mainstreaming*) nas políticas para o comércio em diferentes movimentos sociais e instituições, talvez seja a hora certa para que pesquisadores, políticos e militantes explorem o que a transversalização do gênero pode significar regional e multilateralmente. Há os que defendem um comitê das mulheres na OMC ou a incorporação do gênero no Mecanismo de Revisão das Políticas para o Comércio. Alguns grupos de mulheres também reclamaram a criação de uma cláusula de gênero que pudesse ser incorporada com força de lei às políticas comerciais. E outros, tais como a IGTN, criticam a transversalização do gênero sem uma análise das desigualdades políticas que ameaçam a eficácia do comércio para tratar de maneira adequada as questões do desenvolvimento social. Este guia oferece material tangível para a consideração de ativistas do gênero, especialmente no 10º aniversário, que ora se avizinha, da Quarta Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres e dos primórdios da OMC.

Mariama começa com uma lista de recomendações que as autoridades podem considerar em seu trabalho de engendrar políticas para o comércio. Ao avaliar que as estas políticas atualmente não enxergam gênero, ela mergulha no que poderia acontecer se o processo de traçar políticas públicas tivesse sensibilidade para as questões de gênero. Por exemplo, identifica estratégias para maximizar os impactos positivos da liberalização do comércio e minimizar os negativos. Enumera recomendações para fortalecer a participação nos fora nacionais, regionais e internacionais bem como para recolher e divulgar informação. E, finalmente, identifica

o papel que as organizações intergovernamentais poderiam desempenhar na criação de políticas para o comércio.

Mariama Williams faz uma abordagem crítica da questão da transversalização do gênero como parte de uma análise mais ampla da globalização que vem evoluindo com o passar do tempo. Discute o regime de comércio no contexto da governança global com uma variedade de participantes, dentre os quais as instituições financeiras internacionais bem como os órgãos ligados ao comércio. Ela se refere à globalização como “a interdependência da economia através da integração de processos de produção... inclusive a disseminação de um paradigma neoliberal que prioriza o mercado e cria um ambiente propício para isso.” Lista alguns aspectos desse ambiente propício, como o papel reduzido do estado em favor do mercado, os processos de privatização e desregulamentação e a predominância da abordagem democrática ocidental em todo o mundo. Em particular, ela se refere à visão norte-americana de valores que tem permeado o processo de globalização e, assim, distinguido a natureza política e econômica dos relacionamentos. Discute a poderosa desigualdade da mão-de-obra barata que é fornecida pelos países do sul para a produção dos bens de primeira necessidade enquanto a mão-de-obra especializada é majoritariamente fornecida pelos países do norte na exportação de bens de valor agregado para o mercado global. Traz aos leitores a lembrança dos custos que recaem sobre os países em desenvolvimento, incumbidos de implementar os acordos de comércio, quando se vêem às voltas com a necessidade de re-escrever suas leis internas e as contenções nos gastos públicos e/ou restrições no uso de recursos humanos. Além disso, ela se refere à preocupação, específica de gênero, de que os ganhos obtidos pelas mulheres até o momento em áreas de restrições legais, sociais, econômicas e políticas podem ser prejudicados como resultado da liberalização do comércio que não trabalha

para eliminar as desigualdades existentes entre as mulheres e os homens com relação ao acesso a recursos, ao poder e ao processo decisório (ou seja, o patriarcalismo).

A autora identifica dois mitos que são problemáticos no atual regime de comércio:

1. A liberalização do comércio irá reduzir automaticamente a pobreza, o que vai beneficiar igualmente homens e mulheres.

2. O acesso a mercados promove o desenvolvimento, o que vai melhorar as condições das mulheres e dos homens de maneira igual.

Ela responde a esses mitos declarando que eles não respondem às inter-conexões entre o comércio e outros processos. A liberalização do comércio não irá reduzir automaticamente a pobreza por si só, nem irá causar impactos iguais sobre homens e mulheres, a menos que venha a questionar as estruturas decisórias e as estruturas de formulação sub-nacionais, regionais e multilaterais. Além disso, o acesso a mercados não é uma panacéia para os países em desenvolvimento, por razões tais como falta de infra-estrutura e problemas gerais associados à produção global e à propriedade da produção. Ela explora o elo entre o acesso a mercados e o gênero em termos de emprego e dos recursos que estão disponíveis para as mulheres.

Mariama apresenta algumas estatísticas regionais que são ferramentas de referência úteis para aqueles que estejam interessados na preparação de oficinas sobre gênero e comércio. Mas é importante observar que ela destaca o fato de não haver pesquisa suficiente para identificar os impactos, de natureza diferenciada em termos de gênero, que causa o comércio. Faz-se necessária maior clareza sobre quem de fato se beneficia e quem realmente sai perdendo.

Na conclusão do seu guia, a Dra. Williams inclui alguns exemplos de transversalização

do gênero bem como algumas recomendações da sociedade civil. Embora estas não sejam abrangentes, elas destacam algumas das recomendações que haviam sido feitas no nível regional.

### **Comentário de Mariama Williams**

Numa entrevista com Alexandra Spieldoch, Mariama respondeu às seguintes perguntas:

1. Qual é a sua avaliação da eficácia da transversalização do gênero nas políticas comerciais até o momento?
2. Qual é a sua avaliação da eficácia da transversalização do gênero no atual contexto político?
3. Qual é a sua crítica do trabalho feito até o momento pelo movimento global das mulheres sobre gênero e comércio?
4. Como as mulheres devem se preparar para o 10º aniversário de Beijing e do começo da Organização Mundial do Comércio?

Para ler as respostas de Mariama Williams essas perguntas, visite:

<http://www.igtn.org/Research/GenderTrade.htm>.

*Para encomendar um exemplar de "Gender Mainstreaming in the Multilateral Trading System", entrar em contato com a divisão de relações exteriores e comunicações da Commonwealth Secretariat:*

*Tel: 44 (0) 20 7747 6342*

*Fax: 44 (0) 20 7839 9081*

*e-mail: [r.jones-parry@commonwealth.int](mailto:r.jones-parry@commonwealth.int).*

### **Leitura recomendada:**

- ♣ *Ensaio recente de Mariama Williams intitulado "Current and Emerging Issues in the Multilateral Trading System" ("Temas Atuais e Outros que Estão Surgindo no Sistema Multilateral de Comércio") para uma apresentação de análise de gênero e do ambiente político da liberalização do comércio e sua conexão com várias providências a serem tomadas pelas articulações de mulheres, governos e fóruns e/ou organizações intergovernamentais para engendrar comércio internacional.*

*Este ensaio foi escrito para a 7ª Reunião Ministerial sobre Questões Relativas a Mulheres/Gênero para a Secretaria da Comunidade das Nações (Commonwealth Secretariat). Para obter mais detalhes, visite: <http://www.igtn.org/Research/GenderTrade.htm>*

- ♣ **Direitos das Mulheres e o Sistema Multilateral de Comércio: As Políticas de Transversalização do Gênero na OMC** – IGTN, abril de 2004

*Este recurso pode ser encontrado em: <http://www.igtn.org/Research/GenderTrade.htm>.*

→ **Oficina de Treinamento em Pesquisa sobre Gênero e Comércio da Ásia Central**

Quirguistão, 31/maio a 04/junho de 2004

A Associação de Empresárias do Uzbequistão (BWA), juntamente com a Fundação Ford, co-patrocinaram uma oficina de treinamento sobre gênero e comércio em Bishkek, no Quirguistão, de 31 de maio a 4 de junho, que fazia parte do processo de capacitação para formar a Rede do Gênero e Comércio na Ásia Central. Gulnora Makhmudova, da BWA, organizou a iniciativa, tendo a participação de Marina Fe B. Durano e Gigi Francisco da IGTN-Ásia como treinadoras.

O objetivo da oficina de treinamento foi o de apresentar para pesquisadoras de quatro países centro-asiáticos – Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão e Cazaquistão – os conceitos, as teorias e as metodologias básicas para fazer, a partir da ótica do gênero, análises dos temas do comércio internacional. Houve sete participantes desses quatro países que trabalhavam em institutos de pesquisa e associações de empresárias.

As sessões de treinamento cobriram os seguintes tópicos:

- ♣ Introdução ao Comércio e à Globalização
- ♣ Introdução à OMC, ao FMI e ao Banco Mundial, e às políticas regionais, bilaterais e multilaterais de comércio
- ♣ Introdução à Economia Feminista
- ♣ A Interface entre Mercados e Direitos bem como Pobreza e Crescimento Econômico
- ♣ Informação sobre como fazer uma análise a partir da perspectiva de gênero das políticas internacionais de comércio

Durante os próximos seis meses, as participantes irão investigar as seguintes questões de pesquisa:

- ♣ Cazaquistão: Qual tem sido o impacto da liberalização do comércio sobre o emprego das mulheres e dos homens, com um enfoque sobre a agricultura?
- ♣ Quirguistão: Como as mulheres de domicílios e comunidades rurais têm respondido à privatização dos serviços de saúde e educação?
- ♣ Tajiquistão: Quais são os novos riscos de mercado enfrentados por empresas “shuttle” de mulheres e como elas estão respondendo a esses riscos?
- ♣ Uzbequistão: Quais são as implicações do novo regime regulador para o desenvolvimento de empresas de mulheres e de pequenas e médias empresas?

Espera-se que o relatório de cada país esteja concluído até dezembro de 2004. Está marcado um segundo encontro do grupo de treinamento para setembro de 2004 em Tashkent, Uzbequistão, que será realizado pela Sra. Makhmudova, da BWA.

*Para maiores informações sobre a oficina da Ásia Central, entrar em contato com Gulnora Makhmudova em [bwa-gmn@globalnet.uz](mailto:bwa-gmn@globalnet.uz).*

**Gênero, Comércio e Recursos para o Desenvolvimento**

- **Transversalização do gênero na Erradicação da Pobreza e as Metas**

**de Desenvolvimento para o Milênio** – Naila Kabeer, 2003, Stylus Publishing

*Maiores informações podem ser encontradas no site da Igualdade de Gênero e as Metas de Desenvolvimento para o Milênio:*

[http://www.mdgender.net/resources/monograph\\_detail.php?MonographID=11](http://www.mdgender.net/resources/monograph_detail.php?MonographID=11).

→ **O Relatório dos Países Menos Desenvolvidos para 2004: Conectando o Comércio Internacional com a Redução da Pobreza**

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), maio de 2004

O Relatório dos Países Menos Desenvolvidos (LDC) para 2004 faz uma avaliação do relacionamento entre o comércio internacional e a pobreza dentro dos LDCs e identifica políticas nacionais e internacionais que possam fazer do comércio um mecanismo mais eficaz para reduzir a pobreza nesses países. O argumento é de que, embora o comércio internacional possa desempenhar um papel positivo de grande importância na redução da pobreza nos países em desenvolvimento, a realidade não é exatamente essa em muitos desses países. O relatório explica que existe uma tendência para expandir as exportações nas economias muito pobres onde há pobreza em massa e um superávit de recursos financeiros pequeno demais para que elas possam ser associadas a uma forma excludente e não inclusiva de crescimento econômico.

*Para obter maiores informações e ter acesso ao relatório, visite o seguinte endereço:*

<http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=4810&intltemID=1397&l>

→ **“Trabalhando para a Família: O Papel da Mão-de-obra Informal das Mulheres na Sobrevivência de Confeções Familiares em Istambul,**

**Turquia”** – Saniye Dedeoglu, Working Paper, maio de 2004

Este artigo usa dois estudos de caso para analisar o papel da mão-de-obra remunerada e não remunerada das mulheres em pequenas confecções de Istambul que surgiram durante a década de 1980 quando foram empregadas estratégias de industrialização voltadas para a exportação para estimular o desenvolvimento econômico da Turquia.

*Para obter maiores informações, consulte o Boletim da WID (Mulheres no Desenvolvimento) publicado na Primavera de 2004:*

<http://www.isp.msu.edu/wid/bulletin/>

**Novidade no site da IGTN**

→ **Notas Metodológicas: Oficina de Capacitação em Gênero, Economia e Livre Comércio** – Norma Sanchis e Veronica Baracat, IGTN-América Latina e WIDE (Mulheres no Desenvolvimento - Europa)

Produzido em conjunto com o capítulo latino-americano da IGTN e a WIDE, este documento traça a metodologia para um programa de treinamento em economia e livre comércio para mulheres em toda a América Latina. O curso vem atender a demanda crescente que as mulheres da região vêm fazendo no sentido de poderem ampliar sua conscientização, sua capacitação e suas estratégias de incidência para lidar com os desafios de gênero, globalização e cada vez mais acordos de livre comércio em toda a América Latina. Segundo as autoras, “a demanda surgiu a partir de organizações sociais e de mulheres que desejam se tornar interlocutoras eficazes, não apenas para questionar acordos oficiais mas também para elaborar propostas alternativas.” O processo de treinamento se pretende versátil e foi elaborado para que possa ser reproduzido de forma que treinandas chave possam repassar esse conhecimento para uma

gama maior de atores da sociedade civil e de grupos de mulheres.

O relatório se encontra na íntegra em:

<http://www.igtn.org/EconoLit/Literacy.html>.

Para obter maiores informações, contatar Norma Sanchis em:

[nsanchis@fibertel.com.ar](mailto:nsanchis@fibertel.com.ar).

↳ **Relatório sobre Oficina de Capacitação da Sociedade Civil: Segunda Sessão Ordinária da Conferência de Ministros do Comércio, Alfândega e Imigração da União Africana** – Compilado por Brenda Ndlovu, GENTA

Este documento é um relato sobre a Oficina de Capacitação e Estratégia da Sociedade Civil, que foi organizada pela Rede do Comércio da África (ATN) em 24 e 25 de maio de 2004 em Kigali, Ruanda.

Os objetivos da reunião da sociedade civil são:

- ♣ Conscientizar e capacitar as organizações da sociedade civil na África Oriental para as questões de políticas regionais e multilaterais de comércio;
- ♣ Discutir a atual capacidade de atuação nas negociações da OMC e dos APES (Acordos de Parceria Econômica);
- ♣ Expor a dinâmica política;
- ♣ Definir os interesses e o que está em jogo para os países africanos;
- ♣ Identificar estratégias e o caminho que a sociedade civil tem a seguir;
- ♣ Ações e mecanismos nos níveis nacional, regional e continental para aumentar a influência sobre os governos africanos nas conversações da OMC;
- ♣ Negociações dos APES.

A oficina contou com aproximadamente 40 participantes das organizações da sociedade civil, que trabalham ou visam temas de comércio ou outras políticas econômicas ou de desenvolvimento em toda

a África, com enfoque particular nas organizações da sub-região da África Oriental.

Para consultar o relatório, visite:

<http://www.igtn.org/Africa/Africa.htm>

e para obter maiores informações, contate Brenda Ndlovu através do email:

[brendandlovu@sn.apc.org](mailto:brendandlovu@sn.apc.org).

## Avisos

↳ **A ONG Fórum de Beijing +10, da costa asiática do Pacífico**

Bancoc, Tailândia, 30/jun a 03/jul de 2004

Gigi Francisco, da IGTN-Ásia, será de Ponto Focal para uma oficina chamada “Mulheres, Fórum Social Mundial e a Busca de Alternativas à Globalização Neoliberal” na ONG Fórum de Beijing +10, da região da costa asiática do Pacífico. Gulnora Makhmudova, da IGTN-Ásia Central, será a comentadora de uma sessão plenária chamada “Direitos das Mulheres, Democracia e o Desafio do Desenvolvimento Sustentável”.

Esse evento visa mobilizar grupos de mulheres e militantes de toda a região da costa asiática do Pacífico para resgatar o diálogo sobre o status, o impacto e o futuro da Plataforma de Ação de Beijing à medida que vamos nos aproximando de seu 10º aniversário em 2005. Espera-se a participação de cerca de 700 grupos no Fórum.

Para obter maiores informações, contatar Gigi Francisco através do email:

[jfrancisco@mc.edu.ph](mailto:jfrancisco@mc.edu.ph).

Para receber o Boletim Mensal da IGTN via correio eletrônico, escreva para [secretariat@igtn.org](mailto:secretariat@igtn.org) e coloque “assinar” na linha de assunto; faça constar no corpo da mensagem o seu nome e o da sua organização.

Para ler boletins antigos, vá ao site da IGTN na Internet:

<http://www.igtn.org/Bulletins/Bulletins.html>.